



CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE BALNEÁRIO PIÇARRAS- IPRESP

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL IPRESP DEZEMBRO/2025

O Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras – IPRESP, em sua competência definida no Art. 26 da Lei Complementar Municipal nº 266/2025 e em observância ao item 3.2.13 do Manual do Pró-Gestão RPPS – Instituído pela Portaria MPS nº 185/2015 e alterado pela Portaria SRPC/MPS nº 446, de 21/02/2025, reuniu-se em sessão ordinária no dia 24/02/2026, com a finalidade de apresentar a análise das demonstrações contábeis, execução financeira e relatório do Comitê de Investimentos da competência Dezembro/2025, avaliando a conformidade dos registros e atos de gestão com a legislação vigente e normas aplicáveis ao RPPS.

1. LEGISLAÇÃO APLICADA

- Lei Federal 9.717/1998
- Lei Federal 4.320/1964
- Lei Complementar Federal 101/2000
- Lei Complementar Municipal 266/2025
- Consolidação das Normas dos Regimes Próprios de Previdência Social – instituído pela Portaria MTP 1.467/2022.
- Manual do Pró-Gestão RPPS – Instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, e divulgado em sua versão 3.6 pela Portaria SRPC/MPS nº 446, de 21/02/2025.¹
- Resolução CMN nº 4.963/2021

2. DOCUMENTOS ANALISADOS

- Balancete;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrativo de Aplicações e Investimentos;
- Relatórios Contábeis e Gerenciais;
- Outros documentos relevantes.

3. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

Conforme o art. 35 da Lei 4.320/64, pertencem ao exercício, as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas.

Finalidade: Verificar o planejamento e o comprometimento do orçamento. Analisa se o RPPS está autorizando gastos compatíveis com a arrecadação.

¹ <https://www.abipem.org.br/mps-rpps/pro-gestao-rpps/>



3.1 Receitas Orçadas x Receitas arrecadadas

Para o ano de 2025, a receita prevista na LOA para o RPPS, foi de R\$ 44.171.200,61; estima-se a arrecadação mensal de R\$ 3.680.933,38. Verifica-se que no mês de dezembro houve uma arrecadação de R\$ 6.130.618,18, correspondendo a aproximadamente (66%) acima do esperado.² Totalizando R\$ 56.702.749,08 até o mês atual, equivalente a (28%) acima da receita prevista para o exercício.



INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BALNEARIO PICARRAS - IPRESP

Pág 1 / 1

Prestação de Contas Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Orçado Atualizado: Sim Período: Dezembro de 2025

Lei 4320/64 Artigo 101

Títulos	Orçada Atualizada	Receita Arrecadada		Diferença	
		No Período	Até Período	Para Mais(+)	Para Menos(-)
Receitas correntes.	21.705.200,61	3.153.656,09	34.735.339,13	13.030.138,52	
Contribuições	9.633.200,61	1.999.644,49	12.463.279,18	2.830.078,57	
Contribuições sociais	9.633.200,61	1.999.644,49	12.463.279,18	2.830.078,57	
Contribuições para regimes próprios de previdência e sistema de proteção social	9.633.200,61	1.999.644,49	12.463.279,18	2.830.078,57	
Receita patrimonial	12.072.000,00	1.085.183,35	20.232.393,19	8.160.393,19	
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	0,00	6.267,75	77.833,71	77.833,71	
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	0,00	6.267,75	77.833,71	77.833,71	
Valores mobiliários	12.072.000,00	1.078.915,60	20.154.559,48	8.082.559,48	
Juros e correções monetárias	12.072.000,00	1.078.915,60	20.154.559,48	8.082.559,48	
Outras receitas correntes	0,00	68.828,25	2.039.666,76	2.039.666,76	
Indenizações, restituições e ressarcimentos	0,00	1.963,35	15.244,50	15.244,50	
Restituições	0,00	1.963,35	15.244,50	15.244,50	
Demais receitas correntes	0,00	66.864,90	2.024.422,26	2.024.422,26	
Outras receitas correntes	0,00	66.864,90	2.024.422,26	2.024.422,26	
Receitas de capital	0,00	0,00	901.200,00	901.200,00	
Alienação de bens	0,00	0,00	901.200,00	901.200,00	
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	901.200,00	901.200,00	
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	901.200,00	901.200,00	
Receitas correntes intraorçamentárias	22.466.000,00	2.984.039,60	21.297.060,39		1.168.939,61
Contribuições	12.110.309,34	2.512.588,60	15.635.760,32	3.525.450,98	
Contribuições sociais	12.110.309,34	2.512.588,60	15.635.760,32	3.525.450,98	
Contribuições para regimes próprios de previdência e sistema de proteção social	12.110.309,34	2.512.588,60	15.635.760,32	3.525.450,98	
Outras receitas correntes	10.355.690,66	471.451,00	5.661.300,07		4.694.390,59
Demais receitas correntes	10.355.690,66	471.451,00	5.661.300,07		4.694.390,59
Outras receitas correntes	10.355.690,66	471.451,00	5.661.300,07		4.694.390,59
Receitas correntes.	0,00	(7.077,51)	(230.850,44)	(230.850,44)	
Outras receitas correntes	0,00	(7.077,51)	(230.850,44)	(230.850,44)	
Demais receitas correntes	0,00	(7.077,51)	(230.850,44)	(230.850,44)	
Outras receitas correntes	0,00	(7.077,51)	(230.850,44)	(230.850,44)	
Total Geral	44.171.200,61	6.130.618,18	56.702.749,08	12.531.548,47	

Data de Emissão: 13/02/2026

3.2 Despesas empenhadas e despesas liquidadas

No mês de dezembro, foram emitidos R\$ 1.562.429,40³ em empenhos, representando os compromissos assumidos pelo RPPS. Houve um total de R\$ 1.618.652,27 efetivamente liquidados; configurando obrigações reconhecidas na competência.⁴

Na análise orçamentária, constatou-se que a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, evidencia uma execução orçamentária superavitária de R\$ 4.511.965,91, indicando capacidade de cobertura das obrigações assumidas no período.

4. ANÁLISE FINANCEIRA

A análise financeira observa a disponibilidade de recursos em caixa. Avaliando a execução orçamentária sob a ótica do regime de caixa e o risco financeiro.

² <https://ipresp.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/RECEITA-ORCADA-X-ARRECADADA-MES-A-MES-12-2025.pdf>

³ https://ipresp.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/EMPENHOS_emitidos_12-2025.pdf

⁴ <https://ipresp.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/EMPENHOS-LIQUIDADOS-12.25.pdf>



- Regime de caixa;
- Despesas pagas;
- Restos a pagar pagos;

Finalidade: Avaliar se o RPPS tem capacidade financeira de pagar suas obrigações efetivadas.

4.1 Receita arrecadada – (Despesa pagas + restos a pagar pagos).

- Total das despesas pagas: R\$ 1.568.292,48
- Despesas correntes pagas: R\$ 1.568.292,48
- Restos a pagar pagos: R\$ 0,00
- Pasep: R\$ 3.523,50
 1. Despesas previdenciárias: R\$ 1.366.462,05
 2. Despesas administrativas: R\$ 201.830,43

Na análise financeira, observa-se que a despesa corrente paga totalizou R\$ 1.568.292,48. Esse valor é composto por R\$ 1.366.462,05 em despesas previdenciárias; R\$ 201.830,43 em manutenção das atividades administrativas. Tendo como resultado um superávit financeiro no valor de R\$ 4.562.325,70. Tal desempenho reflete o impacto real no caixa e no patrimônio financeiro do RPPS.

5. ANÁLISE PATRIMONIAL

A análise patrimonial tem como foco avaliar a posição das obrigações assumidas pelo RPPS, independente do momento do seu pagamento.

- Despesas liquidadas: R\$ 1.618.652,27
- Restos a pagar processados (liquidados): R\$ 0,00
- Despesas pagas: R\$ 1.568.292,48
- Restos a pagar não processados (não liquidados): R\$ 1,74
- Despesas extras (retenções) não pagas: R\$ 708,14
- Créditos para Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização: R\$ 101.625.610,13
- Provisões matemáticas (Passivo atuarial): R\$ 409.995.729,99

5.1 Do Balanço Patrimonial

Extrai-se que o IPRESP encerrou o mês de dezembro/2025 com ativo total de R\$ 312.588.434,35 e passivo de R\$ 410.745.060,18. Foi realizado a apuração do resultado patrimonial do exercício por meio de encerramento das contas de Variação Patrimonial Aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD). Conforme estrutura do PCASP, resultando em um déficit patrimonial de R\$ 98.156.625,83. O resultado patrimonial apurado foi transferido para a conta de resultados acumulados, no Patrimônio líquido, conforme orientações do MCASP, impactando diretamente a situação patrimonial do RPPS.

Em atendimento às normas previdenciárias e contábeis, foi registrado o valor das Reservas Matemáticas Previdenciárias, conforme avaliação atuarial posicionada em 31/12/2025, no montante de R\$ 409.995.729,99,



classificado no passivo não circulante. O reconhecimento dessa obrigação de longo prazo impacta significativamente a situação patrimonial do RPPS, refletindo o compromisso futuro com o pagamento dos benefícios previdenciários.

6. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

O Instituto adota como Taxa de Administração, para custeio das despesas correntes e de capital necessárias ao seu funcionamento, a alíquota de 3,60% calculada sobre a soma da remuneração bruta de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício anterior, segundo disposição do Art. 45, § 1º da LC municipal 266/2025.

Conforme o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR referente a competência dezembro/2024 (utilizado como base de cálculo para o exercício de 2025) a remuneração bruta dos servidores em atividade totalizou R\$ 13.697.201,05 A taxa de Administração então resulta em R\$ 493.099,24 sendo que o valor das despesas administrativas pagas no mês foi de R\$ 201.830,43 equivalente a 41% do limite máximo permitido.⁵

7. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

A análise dos investimentos tem por objetivo verificar se a aplicação dos recursos previdenciários está sendo realizada de forma segura, eficiente e em conformidade com as diretrizes legais e atuariais do RPPS. Avalia-se a rentabilidade, o risco, a liquidez e a aderência da carteira à Política de Investimentos vigente, garantindo que os recursos destinados ao pagamento de benefícios futuros estejam protegidos e valorizados ao longo do tempo. Além disso, busca-se confirmar que a gestão dos investimentos respeita os princípios de segurança, solvência, rentabilidade, transparência e responsabilidade, resguardando o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto. A gestão dos recursos observou os princípios de segurança, solvência e transparência, conforme previsto na Lei Federal nº 9.717/1998, Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

A carteira mantém perfil conservador, com:

- 72,84% em fundos compostos por títulos públicos;
- 26,68% diretamente em títulos públicos federais;
- 0,48% em Letras Financeiras privadas.

7.1 Rentabilidade

Os fundos de investimentos classificados como renda fixa apresentaram no mês um retorno positivo de 0,83% equivalente a R\$ 1.646.955,07 (Hum milhão, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais com sete centavos).⁶

7.2. Análise Atuarial

A meta atuarial no mês atingiu 0,77%, o IPCA de dezembro foi de 0,33%. Com o resultado o IPCA acumulado no ano 2025 é de 4,26%.⁷

O retorno sobre os investimentos acumulado no ano de 2025 até o mês de dezembro foi de 13,34% e a meta atuarial neste momento atingiu 9,60% (IPCA + 5,12% a.a.). A carteira superou a meta de rentabilidade do período.

7.3 Evolução da Carteira de investimentos

- Carteira no mês anterior: R\$ 195.027.506,94
- Carteira atual: R\$ 200.158.193,02

⁵ <https://ipresp.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/4o-BIMESTRE.pdf>

⁶ https://ipresp.sc.gov.br/wp-content/uploads/2025/11/Parecer-do-Comite-de-Investimentos-30_10_2025.pdf

⁷ <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/dezembro-2025>





No mês de referência, o IPRESP apresenta um valor total da carteira de R\$ 200.158.193,02 (duzentos milhões, cento e cinquenta e oito mil, cento e noventa e três reais com dois centavos). Aumento efetivo da carteira R\$ 5.130.686,08 equivalente á 2,63%.

7.4 Movimentações Financeiras

- Aplicações: R\$ 37.276.099,41
- Resgates: R\$ 33.773.679,68

7.5 Riscos

- Risco de mercado: VaR (0,95%), dentro do previsto na política de investimentos.
- Risco de crédito: Compatível com ativos mantidos (fundos + LF Safra).
- Risco de Liquidez: 72,83% de liquidez imediata, suficiente para obrigações.

8. CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas sobre a execução orçamentária, o desempenho financeiro, a posição patrimonial e a carteira de investimentos do IPRESP referentes a competência analisada, verifica-se que os registros contábeis representam adequadamente a posição orçamentária, financeira e patrimonial do RPPS.

Assim o relatório segue para emissão do Parecer do Conselho Fiscal.

Balneário Piçarras, 24 de fevereiro de 2026.

PARECER DO CONSELHO FISCAL IPRESP – Nº 014/2025 COMPETÊNCIA 12/2025

Após a análise dos demonstrativos contábeis, da execução orçamentária e financeira referentes à competência de dezembro de 2025, bem como do Parecer do Comitê de Investimentos emitido em 20 de janeiro de 2026, este Conselho Fiscal manifesta o seguinte:

1. Regularidade dos registros:

As demonstrações contábeis e financeiras analisadas refletem de forma adequada a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Balneário Piçarras – IPRESP, observando os princípios e normas da contabilidade pública e a legislação vigente aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

2. Investimentos:

Avenida Emanuel Pinto, nº 1962, sala 01 - Centro, Balneário Piçarras - SC, CEP 88380-000
Tel (47) 3345-3286





A carteira de investimentos mantém perfil conservador, com alocação integral em renda fixa, atendendo integralmente à Política de Investimentos para o exercício de 2025 e aos limites da Resolução CMN nº 4.963/2021.

A rentabilidade mensal de 0,83% superou a meta atuarial de 0,77%, evidenciando gestão prudente e alinhada ao cenário econômico vigente.

Todas as autorizações de aplicações e resgates (APRs) foram devidamente emitidas e assinadas no sistema CADPREV, conforme determina a legislação.

3. Situação patrimonial:

Ao final do exercício, o Balanço Patrimonial evidenciou um Patrimônio Líquido negativo no valor de R\$ 98.156.625,83.

Esse resultado decorre principalmente, do reconhecimento das Reservas matemáticas previdenciárias, que representam obrigações atuariais de longo prazo, não configurando desequilíbrio financeiro imediato, uma vez que o RPSS apresenta resultado financeiro superavitário e capacidade de pagamento no curto prazo.

4. Execução orçamentária e financeira:

O período analisado apresentou superávit orçamentário, com receitas arrecadadas superiores às despesas liquidadas. As despesas administrativas ficaram dentro do limite de 3,6% estabelecido em lei, mantendo a conformidade com o artigo 45, §1º, da Lei Complementar Municipal nº 266/2025.

Conclusão:

Diante dos procedimentos realizados, conclui-se que o encerramento contábil do exercício de 2025 foi efetuado em conformidade com as normas vigentes, evidenciando de forma fidedigna a posição patrimonial do RPPS e suas obrigações presentes e futuras. Diante do exposto, este Conselho Fiscal manifesta-se pela aprovação das demonstrações contábeis e o Parecer do Comitê de Investimentos referentes à competência de dezembro de 2025.

Balneário Piçarras, 24 de fevereiro de 2026.

MEMBROS	ASSINATURA
Deborah Maria Darolt Wille Presidente	
Leandro Hélio Burlin Vice Presidente	
Adeline Poleza Membro do Conselho	
Caroline Braganholo Secretária	

